

# O PATRIMÔNIO EM UMA LÓGICA DO APAGAMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DE PATRIMÔNIOS PRESENTES NA LÓGICA DO APAGAMENTO PAULISTANO

*Data de aceite: 01/09/2023*

**Mariana Rezende Doliveira**

Universidade do Porto. Faculdade de  
Arquitectura.

**RESUMO:** A importância conferida a uma leitura que compreenda o patrimônio arquitetônico em sua forma mais autêntica, ou seja, que valorize as qualidades culturais contingentes associadas ao edificado, tem sido um tema central de debate no universo da salvaguarda patrimonial. Reconhecemos que a arquitetura será condicionada pelo significado cultural existente. Entretanto, observamos abordagens preservacionistas que capturam a significação cultural e a identificação de valores e atributos, sob uma perspectiva mais objetiva quanto à relevância do edificado histórico, que dificilmente considera manifestações espontâneas de vínculos afetivos e de pertencimento, as quais possam vir a representar diferentes formas de apropriações simbólicas dos espaços urbanos e de uma memória integrada e viva. Ao conceber o patrimônio arquitetônico como uma construção social, sempre em transformação, o presente trabalho problematiza os paradoxos da patrimonialização na valorização da

memória paulistana por meio da análise dos processos de significação intrínsecos nas apropriações de patrimônios arquitetônicos localizados no centro histórico da cidade de São Paulo. O território é caracterizado por políticas do apagamento, decorrente da construção da memória coletiva paulistana. Os resultados observados serão discutidos à luz do debate teórico sobre a manifestação da memória como fenômeno intrínseco no processo de ocupação e resistência. Em busca de uma salvaguarda patrimonial mais democrática, esta análise procura contribuir para a sinalização e para o reconhecimento de novas narrativas, para então atribuir valor, definir estratégias vinculadas ao patrimônio cultural e ultrapassar uma interpretação do patrimônio arquitetônico apenas por sua materialidade.

**Palavras-chave:** Patrimônio arquitetônico; uso; apropriação; significado cultural; memória; apagamento.

**ABSTRACT:** The importance attributed to an examination that comprehends architectural heritage in its most authentic form, that is, one that values the contingent cultural qualities associated with the building, has been a central topic of debate in the world

of heritage safeguarding. We recognize that architecture will be conditioned by existing culture significance. However, we observe preservationist approaches that capture the cultural significance and the identification of values and attributes under a more objective perspective as to the relevance of the historic building, which hardly considers spontaneous manifestations of affective bonds and belonging, which may represent different forms of symbolic appropriations of urban spaces and of an integrated and living memory. By conceiving the architectural heritage as a social construction, always in transformation, this dissertation discusses the paradoxes of patrimonialization in the recognition of São Paulo's memory through the analysis of the appropriations of architectural heritage in the historic center of this city. The territory is characterized by politics of erasure, resulting from the construction of the collective memory of São Paulo. The results observed will be discussed considering the theoretical debate about the manifestation of memory as an intrinsic phenomenon in the process of occupation and resistance. In search of a more democratic heritage safeguard, this analysis seeks to contribute to the signaling and recognition of new narratives, to then attribute value, define strategies linked to cultural heritage, and move past an interpretation of architectural heritage only by its materiality.

**KEYWORDS:** Architectural Heritage; use; appropriation; occupation; cultural significance; memory; erasure.

## INTRODUÇÃO

Ao conceber o patrimônio arquitetônico como uma construção social, sempre em transformação, o presente trabalho problematiza os paradoxos da patrimonialização na valorização da memória paulistana por meio da análise dos processos de significação intrínsecos nas apropriações de patrimônios arquitetônicos localizados no centro histórico da cidade de São Paulo, no Brasil. O território selecionado é caracterizado por políticas do apagamento, decorrente da construção da memória coletiva paulistana.

A partir de uma análise histórica do desenvolvimento da cidade, observamos, na região central do tecido urbano paulistano, uma busca pela utopia, associada a uma necessidade de novidade que, por sua vez, é movida por processos de apagamento. Refletimos ao longo do trabalho como esses processos de apagamento apresentam-se como característicos da cultura brasileira e paulistana, cujos valores culturais da nação foram construídos sob uma lógica de apagamento histórico-cultural.

O Brasil é um país constituído por uma cultura, que por demasiado tempo foi construída a partir de um discurso autorizado, que consolidou o poder de uma oligarquia branca. Ao ser o último país da América Latina a abolir a escravidão (Lei Áurea, 1888), o Brasil carrega um histórico de escravização e eliminação de seus povos originários.

Segundo o historiador Laurentino Gomes, liberdade nunca significou, para os ex-escravos e seus descendentes, oportunidade de mobilidade social ou melhoria de

vida (GOMES, 2019). Essa construção foi estabelecida a partir da priorização de certas narrativas históricas em detrimento de outras e que manteve a *colonialidade* do poder (SCHENKMAN, 2021).

A romantização de um passado histórico, que não reconhece as memórias difíceis, foi aspecto característico na construção da memória coletiva brasileira e paulistana.

A busca pelo primitivo, em um culto à preservação da arquitetura da colônia, e pela nova arquitetura, modernista, foram abordagens que marcaram o campo da salvaguarda patrimonial, que se iniciou a partir de 1920, com a vontade da classe dominante em mapear o que fosse nacional, original e moderno, em um contexto de industrialização do país e pós-primeira-guerra mundial (SCHENKMAN, 2021). O instrumento jurídico responsável pela proteção patrimonial surge com o decreto-lei nº 25 de 30/11/1937, que é o *tombamento*. A noção de patrimônio se alinhava à uma ruptura com o passado, propondo uma consciência de historicização (CHUVA, 2009).

Em São Paulo, o “patrimônio paulista” teve maior visibilidade em 1969, com a criação do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). Em meio ao regime militar (1964-1985), o patrimônio histórico sofreu um apelo turístico e foi constituído por marcos e ou monumentos da história tradicional e da modernização de São Paulo.

A Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo foi criada em 1975, de modo a contar com o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e o tombamento municipal passou a ser operacionalizado em 1988 pelo CONPRES (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo).

Diferente da ideia de formação de uma identidade nacional, em uma abordagem mais ortodoxa, a salvaguarda patrimonial em esfera municipal se desenvolveu em um sentido mais novo e democrático, onde o patrimônio arquitetônico é analisado como um processo cultural.

Mesmo aberto a uma perspectiva mais democrática de interpretação ao patrimônio, os órgãos de preservação estão em meio aos conflitos da produção imobiliária, onde o tombamento (principal instrumento dos órgãos de preservação) se apresenta como uma grande polêmica, ao intervir diretamente na renda da terra (SCHENKMAN, 2021).

Em meio à uma sociedade que caminha rumo ao valor de novidade, o tombamento passa a ter um caráter de resistência ao direito pela memória. A identificação das diversas formas de manifestações culturais passa a ser uma urgência, principalmente aquelas com maior tendência a negação.

A partir do desenvolvimento de uma salvaguarda patrimonial mais democrática, de forma a estarmos abertos às várias narrativas, nos cabe estarmos atentos as diversas formas de manifestações culturais e mnemônicas, para assim buscarmos construir uma memória coletiva saudável, diversa e integrada.

Como parte constituindo a área central da cidade de São Paulo, o Largo do

Paissandu, é um exemplo de um território, que manifesta a lógica de apagamento histórico-cultural paulistano, adjacentes ao discurso autorizado e justificadas por uma necessidade de inovação. O local é marcado por um passado de demolições e relocações de edifícios desapropriados e outros intencionalmente fechados por seus proprietários, de forma a resultar em um vazio imposto em constante espera de um tempo utópico, que seria representado pela valorização do preço da terra.

A Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, localizada ao centro do Largo, reflete um passado histórico de desapropriações e expulsões. A igreja foi desapropriada e relocada no centro do Largo em 1906, advinda do processo de desapropriação decorrente da lei nº 670. Embora a Irmandade tenha alegado àquela época o seu valor histórico, a desapropriação prosseguiu.

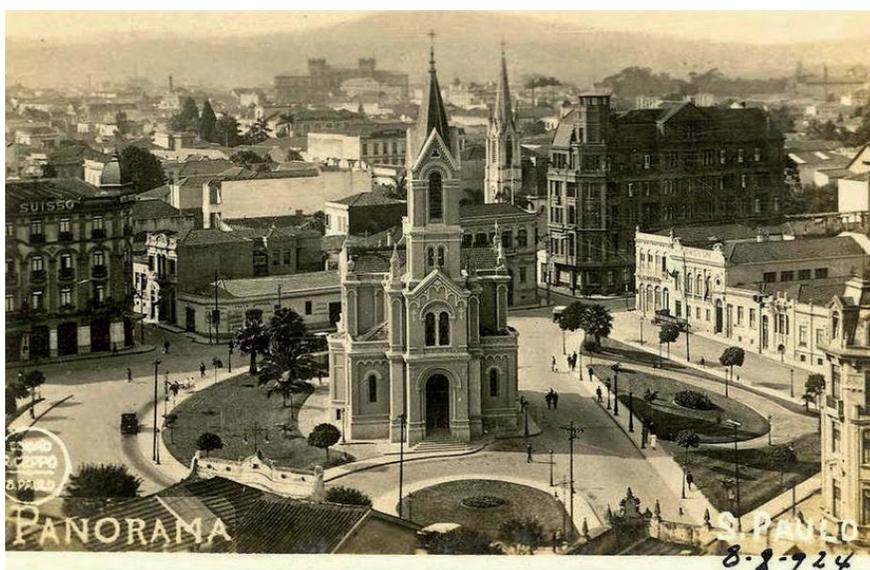
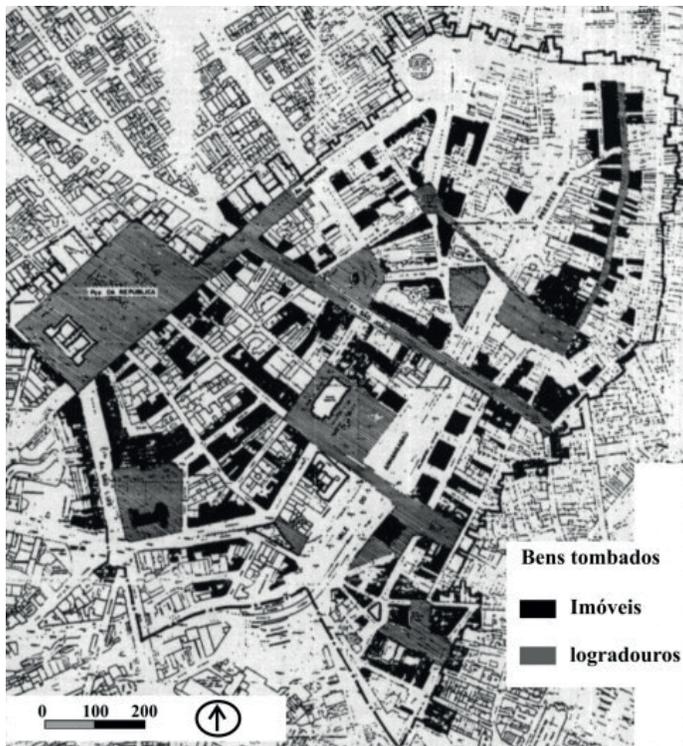


Imagem de 1924, com vista da Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos inserida no Largo do Paissandu. Fonte Imagem: prefeitura.sp.gov.br. Acesso em 15/07/2019.

Atualmente, a igreja é protegida pela Resolução 37/1992 e é sinalizada como uma das 293 edificações identificadas no perímetro referente ao Parque Anhangabaú. Na Resolução 37/1992, o CONPRESP resolveu tombar a área do Vale do Anhangabaú, ao considerar o seu valor histórico, social e urbanístico, representado pelos vários modos de organização do espaço urbano que compõem a área central da cidade e considerando o significado paisagístico e ambiental assumido pelo Vale do Anhangabaú ao longo da história da cidade de São Paulo, como também, o valor histórico-arquitetônico, ambiental e afetivo de diversos imóveis adjacentes.



Fonte: Imagem: Resolução N° 37/CONPRESP/1992

Os critérios da listagem foram realizados por meio da divisão dos imóveis em conjuntos que consideraram serem os mais representativos das etapas de ocupação dessa área. A tipologia de sua arquitetura, quanto a época de sua construção, somada à paisagem urbana que proporcionava, foram os atributos de maior relevância para o tombamento, que foi justificado pela necessidade de preservar tais construções, dada a aceleração decorrente da especulação imobiliária da época.

A resolução abrange o tombamento dos elementos constituidores do ambiente urbano, a saber: 293 edificações e 9 logradouros públicos. Os bens tombados foram classificados em níveis de proteção.

Ao ter o déficit habitacional como um dos maiores problemas da cidade de São Paulo, espaços ociosos se tornam um problema. Diversos edifícios tombados pela Resolução 37/1992 são ocupados por movimentos de luta por moradia digna. Apesar de o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade apontarem medidas legais aos imóveis que não cumprirem sua função social (IPTU progressivo e desapropriação), diversas dessas situações não são revertidas e tornam-se foco para os movimentos de luta por moradia.

Com o surgimento de novos polos econômicos, a partir da década de 1970, o centro foi alterando o perfil de usos e usuários. Políticas setoriais de transportes e a legislação

de zoneamento condicionaram o deslocamento dos usos centrais de prestígio para o setor sudoeste da cidade. Decorrente da redução do preço da terra na área central, empresas de menor porte começaram a ocupar a região na década de 1960. Assim, o centro da cidade configura-se em aspecto mais popular.

Atualmente, o centro da cidade se tornou foco de uma grande manobra imobiliária, que subverte diversos sentidos e significados atribuídos à região. O local é caracterizado pela presença de políticas públicas que promovem uma grande transformação no território e que conflitam com a realidade presente. Dentre elas destacam-se Os Projetos de Intervenção Urbana (PIU – Setor Central proposto pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo), a Transferência de Potencial Construtivo (TPC), o Programa Centro Aberto e o projeto de Requalificação do Anhangabaú.

A narrativa de que o centro está abandonado justifica diversas intervenções que descaracterizam o território e que evidencia valores culturais e econômicos que regem a política paulistana. Essa movimentação nos alerta para a necessidade do mapeamento e sinalização das manifestações culturais existentes, de forma a evitar movimentos de gentrificação e descaracterização do território.

Como aponta Guilherme Wisnik, a cidade de São Paulo é constituída pelas pressões democratizantes inerentes de seu processo de metropolização (ZOCCHIO, 2011). Diversas obras, como o alargamento de vias e avenidas e suas consequentes desapropriações, indicam distintos interesses sociais e econômicos presentes na cidade.

Ao identificarmos a Resolução 37/1992 como instrumento de preservação vigente no perímetro selecionado, observamos o distanciamento da realidade existente no processo de reconhecimento do significado cultural de um patrimônio arquitetônico. A partir da concepção do patrimônio cultural como uma construção social, sempre em transformação, problematizamos os paradoxos da patrimonialização na valorização da memória paulistana por intermédio da análise das apropriações de patrimônios arquitetônicos presentes na lógica do apagamento paulistano.

O presente trabalho enaltece a importância conferida a uma leitura que compreenda o patrimônio arquitetônico em sua forma mais autêntica<sup>1</sup>, ou seja, que valorize as qualidades culturais contingentes associadas aos edifícios (Nara + 20, 2014). Ao longo das últimas décadas tem havido um conjunto de esforços para definir os critérios sobre os quais são tomadas as decisões de conservação. O conjunto de valores que constitui a significância cultural de um bem, muitas vezes não são bem compreendidos, de forma a problematizar a identificação dos atributos.

Observamos abordagens preservacionistas que capturam a significação cultural e a identificação de valores e atributos, sob uma perspectiva mais objetiva quanto à relevância

---

1 A autenticidade é abordado pelo presente trabalho em alinhamento a Carta de Nara sobre a autenticidade (1994). A autenticidade é fator essencial de qualificação respeitante aos valores atribuídos ao próprio patrimônio. O conhecimento e a compreensão destas fontes de informação, relativamente as características originais e subsequentes do patrimônio cultural e do seu significado, são requisitos básicos para a avaliação de todos os aspectos de autenticidade.

do edificado histórico, que dificilmente considera manifestações espontâneas de vínculos afetivos e de pertencimento, com caráter social. Essa postura facilita movimentos de gentrificação e descaracterização dos bens culturais.

A mudança de paradigma de uma salvaguarda patrimonial mais preocupada com a conservação material de patrimônios arquitetônicos, para um debate preservacionista mais preocupado em promover uma conservação baseada em valores, que abrangem o universo intangível de uma construção pré-existente, se tornou mais evidente, dada a ocorrência das destruições subsequentes a Segunda Guerra Mundial.

É na Carta de Veneza (1964) que o termo *significado cultural* aparece pela primeira vez e está associado à fase significativa que o monumento histórico engloba. A definição do conceito será mais abordada na Carta de Burra (1999), na qual o significado de um patrimônio estaria incorporado no próprio sítio tombado, na sua área envolvente, na sua utilização e nas suas associações, podendo ter variação de valor para diferentes indivíduos e grupos. Sua interpretação implicaria que todos os modos de apresentação de um sítio, incluindo a sua utilização e atividades existentes, fossem levados em consideração.

Reconhecemos o abismo existente entre os princípios desenvolvidos nas cartas patrimoniais e nos modos de os operacionalizar, como também na problemática referente a generalização dos valores enaltecidos. No entanto, para a conservação e preservação de um bem patrimonial, torna-se de extrema importância o reconhecimento dos valores que manifestam o significado cultural existente, como também a identificação dos atributos (tangíveis e intangíveis) que reverberam esses valores.

Segundo Françoise Choay, ao buscarmos ultrapassar a barreira do tangível e relacionar o patrimônio com suas características intrínsecas, a utilização do patrimônio manifesta-se como parte integrante de sua essência, mantendo uma relação com suas finalidades estéticas e simbólicas (CHOAY, 2001).

Em sua pesquisa sobre os usos do patrimônio, Laurajane Smith destaca que patrimônio é o que se passa nos sítios patrimoniais. Os lugares podem servir de ferramentas culturais que facilitam, mas não são necessariamente vitais para esse processo cultural. Smith conclui que o patrimônio é vivo. É um momento de ação e não algo congelado em uma forma material (SMITH, 2006).

Os lugares se tornam lugares de patrimônio tanto por causa dos eventos de construção de significado e lembrança que ocorrem neles, mas também porque dão um sentido de ocasião e realidade às atividades que neles ocorrem. A identidade não seria apenas produzida ou representada pelo patrimônio, mas estaria ativa e continuamente sendo recriada.

“Although heritage is something that is done at places, these places become places of heritage both because of the events of meaning making and remembering that occur at them, but also because they lend a sense of occasion and reality to the activities occurring at them. There is an interlinked relationship between the activities that occur at places and the places

themselves – but it is this tension between action and material representation that is an important element of heritage. The tension may at once be about creating and maintaining historical and social consensus, but simultaneously it can also be a process of dissent and contestation. " (SMITH, 2006. p. 83)

Como é abordado por Sarah Fieldman, a preservação é prática social que se insere no processo de conflitos e disputas pelo território. Precisamos olhar para as especificidades das formas de apropriação, simbólica e econômica, dos espaços urbanos para então atribuir valor e definir estratégias vinculadas ao patrimônio cultural (FIELDMAN, 2017).

## CASO DE ESTUDO

Ao reconhecermos que os processos de apropriações dos espaços são processos dialéticos, pelo qual se vinculam as pessoas e os espaços – em um contexto sociocultural, desde os níveis individuais, grupais e comunitários presentes na sociedade, refletimos sobre como se desenvolvem os processos de significação de patrimônios arquitetônicos presentes dentro da área central da cidade de São Paulo e que reflete a lógica do apagamento paulistano.

O percurso metodológico do presente trabalho foi desenvolvido em quatro etapas distintas, a objetivar uma integração entre todas as partes. A pesquisa pretende contribuir para a problematização da construção do significado cultural e do papel das apropriações no campo da salvaguarda patrimonial.

O trabalho se desenvolveu através do (i) levantamento das fontes documentais; (ii) análise arquitetônica dos edifícios sinalizados (iii) de uma observação não-participante e participante das apropriações existentes; (iv) de entrevistas qualitativas em profundidade. Essas quatro abordagens distintas para a coleta de dados, visam uma maior compreensão dos casos selecionados e universo estudado.

A imersão no campo se iniciou a partir do método dedutivo, a não ter hipóteses pré-estabelecidas, apenas uma primeira pergunta mais genérica, de *como o significado cultural se manifesta por meio das apropriações de objetos que representam a lógica do apagamento paulistano?* Essa lógica do apagamento é abordada como resultante da construção de uma memória coletiva marcada por um discurso oficial.

A partir da análise dos dados coletados, certos conceitos e concepções teóricas apresentaram-se em alinhamento às reflexões realizadas. Referente à uma interpretação do patrimônio a partir de seus valores, destacamos as análises desenvolvidas pelo austríaco Alois Riegl em sua obra **O Culto Moderno dos Monumentos**. Relacionado aos estudos sobre a patrimonialização como um processo cultural, onde a utilização se manifestará como aspecto intrínseco a esse processo, destacamos diversos autores, dentre eles Laurajanne Smith, Françoise Choay e Sarah Fieldman. Referente aos estudos sobre o campo da memória, destacamos o trabalho de Henri Bergson e Maurice Halbwachs sobre

o “fenômeno da memória” e sobre a “memória coletiva”.

Não pretendemos com este trabalho responder todas as questões intrínsecas ao significado cultural dos patrimônios arquitetônicos sinalizados, apenas propomos uma reflexão em maior profundidade sobre os distintos processos de significação que possam vir a se manifestar a partir das apropriações do recortado realizado e sobre a necessidade de reinterpretação do mesmo.

Os objetos, patrimônios arquitetônicos, sinalizados como mais representativos para análise e que são tombados pela Resolução 37/1992, foram: (i) o Largo do Paissandú e a Igreja da Nossa do Rosário dos Homens Pretos (inserida no Nível de proteção 1, que exige a preservação integral do bem). A Igreja foi reconhecida pela resolução como um edifício isolado, em estilo neorromânica com influência da arquitetura religiosa europeia e com papel de referência para a construção de igrejas posteriores. A Igreja permanece com o uso religioso promovido pela sua Irmandade.

Os outros edifícios analisados foram tombados em nível 3, onde apenas sua fachada precisa ser preservada. O primeiro deles é o Edifício Cotonifício Paulista, localizado na Avenida São João, 340 e que foi propriedade da Sociedade Anônima Cotonifício Paulista. Esse edifício também teria abrigado por um período o Hotel Municipal. Atualmente, a construção pertence ao Municipal Hotel e Estacionamento Ltda, e está fechado. O prédio foi ocupado algumas vezes por movimentos de luta por moradia, no entanto violentas desapropriações ocorreram, mantendo o edifício sem uso e com estruturas que impossibilitam sua ocupação.

Outros edifícios sinalizados foram o Hotel Columbia Palace (1920), localizado na Avenida São João, 588 e o antigo Hotel Central, também localizado na Avenida São João 288. Ambas construções foram projetadas por Ramos de Azevedo e suas fachadas são constituídas em estilo eclético com influência neoclássica. Tiveram a hotelaria como uso inicial, como reflexo da economia cafeeira. Ambos edifícios ficaram desocupados e tiveram o IPTU progressivo. Atualmente são ocupados pelo movimento de moradia digna MRTSU- Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana.

O Hotel Columbia foi desapropriado e espera da Secretaria Municipal de Habitação a aprovação do projeto para habitação Popular do Edifício, propondo transformar o prédio em Habitação de Interesse Social. A Secretaria cobra da ocupação a realização do projeto. Enquanto isso, a descaracterização do edifício e seu aspecto degradado se tornam fortes justificativas para a acusação de má utilização do bem. Por mais que o imóvel esteja ocupado desde 2010 pelo movimento de luta por moradia, o uso atribuído no relatório do DPH é de desocupado.

Diferentemente do Hotel Colúmbia, o Hotel Central não foi desapropriado e o proprietário atual estabelece uma postura mais apaziguadora, não exigindo a desocupação. No entanto faltam incentivos para uma melhor conservação do bem.

O desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida também foi foco de análise

do presente trabalho. Tombado em nível 3, o edifício Wilton Paes de Almeida era mais um dos bens reconhecidos pelo tombamento da área do Anhangabaú e era identificado como integrante do quinto conjunto tipológico dos imóveis mais representativos das etapas de ocupação da área e verticalização do Centro, caracterizado pela arquitetura contemporânea, onde torres de vidro, concreto e aço simbolizam a metrópole de hoje.

O edifício que inicialmente abrigou a Companhia Comercial de Vidros do Brasil, também abrigou a polícia federal e em setembro de 2002, o prédio passou a pertencer à União. O edifício ficou desocupado em 2003, quando passou a ser ocupado por um movimento de luta por moradia. No dia 1º de maio de 2018, em decorrência de um incêndio, o edifício desabou. O local abrigava 146 famílias do Movimento Luta por Moradia Digna (LMD).

Após o desabamento, foi sugerido o *destombamento* do terreno, uma vez que o edifício já não mais lá estava. O lote foi *destombado* por Resolução nº. 03/CONPRESP/2020 e as justificativas para o *destombamento* foram o desaparecimento do edifício e a inexistência de material iconográfico para a recuperação dos elementos constitutivos do edifício. Também foi enaltecida “a ausência de testemunhos que possam embasar a manutenção do tombamento da edificação, tanto do ponto de vista cultural, histórico, ambiental ou social.” (Resolução nº. 03/CONPRESP/2020). No vazio deixado pelo desastre, irão construir um novo edifício, que terá o mesmo gabarito de altura do antigo prédio ali existente, mas não será destinado a movimentos de ocupação.



Os patrimônios arquitetônicos analisados foram: a Igreja da N. S. R. H. P., localizada ao centro do Largo do Paissandu, e os edifícios ocupados ou fechados na Avenida São João; o Edifício Cotonificio Paulista, o Hotel Colúmbia Palace, o Hotel Central e o vazio deixado pelo desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida. Fonte: Ortofoto PMSP 2017.

Ao utilizar de uma abordagem de análise de campo dedutiva, o trabalho desenvolveu-se com a análise das distintas apropriações territoriais existentes. Um primeiro percurso metodológico foi desenvolvido através da vivência no bairro por um período de um ano e meio, onde foi objetivada uma análise da vida cotidiana e das ocupações presentes.

Com o objetivo de ampliar o debate preservacionista, no sentido de oferecer novas abordagens sobre dimensões profundas do significado cultural do patrimônio edificado e das relações existentes entre as apropriações e a memória coletiva, procuramos compreender os processos de subversões desses patrimônios arquitetônicos como dispositivos de memória, dentro da presente lógica do apagamento.

O termo “*dispositivo*” é compreendido a partir do conceito desenvolvido por Michel Foucault (1975) e é descrito como um macro fenômeno que nos permite sublinhar a dimensão elusiva e complexa dos fenômenos de visibilidade e invisibilidade do espaço urbano que podem conduzir ao processo de patrimonialização (ZAMANT, 2022).

Para identificar o papel dos patrimônios sinalizados como dispositivos de memória, após a identificação das distintas ocupações territoriais presentes no universo selecionado, optamos por realizar entrevistas qualitativas em profundidade com alguns dos atores que se apropriam dos patrimônios arquitetônicos ocupados por um movimento de moradia. Analisamos as experiências de moradores dos dois edifícios ocupados pelo movimento de luta por moradia MRTSU. O objetivo foi aprofundar o olhar sobre o processo de significação desses atores.

Abordamos o patrimônio como um objeto socialmente construído. Ao objetivarmos analisar como a memória apagada se manifesta a partir do território e de seus patrimônios, compreender como aqueles que se apropriam desses edifícios lhe atribuem sentido nos pareceu fundamental.

A partir das apropriações existentes, procuramos reconhecer aspectos do significado cultural do edificado histórico, de forma a enaltecer a importância de uma leitura patrimonial que reconheça as distintas reações e sentimentos que o patrimônio enaltece naqueles que o apropriam, para assim construir políticas públicas que melhor abordem o patrimônio, de forma a também promoverem a preservação de sua materialidade.

Por meio de uma metodologia qualitativa, realizada por entrevistas em profundidade, foram entrevistados oito moradores das duas ocupações. A pesquisa se centrou em sujeitos que narram suas experiências e percepções. A amostragem foi constituída por pessoas em similar situação social: todos ocupantes dos dois edifícios selecionados para pesquisa.

O método procurou direcionar o entendimento do culto ao “*patrimônio abandonado*”, dentro de uma *lógica de apagamento*. E, em busca de um posicionamento mais democrático, o trabalho procurou realizar uma leitura que aborde o patrimônio no presente, como uma construção social em transformação, onde a arquitetura promove o seu espaço de comunicação.

Igualmente, procuramos compreender a história de cada indivíduo e o *como* e o

*porquê* ocupam aquele espaço. As perguntas predefinidas serviram como uma diretriz para o processo de trabalho, que teve por objetivo o entendimento quanto à construção de significados coletivos e individuais para os ocupantes daquele território.

## RESULTADOS

Ao reconhecermos a patrimonialização por meio de sua construção social, que será manifestada e sinalizada em suas apropriações espaciais, observamos que os patrimônios arquitetônicos sinalizados são reconhecidos formalmente por significados culturais que pouco dialogam com a realidade latente. Esse não reconhecimento perpetua a lógica de apagamento existente.

As apropriações dos espaços, presentes no território em análise nos evidenciaram que o tecido urbano carrega a memória em sua existência. A Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos é um ponto de referência da cultura afrodescendente e rastro de um urbanismo e da sociedade escravocrata e, nessas, suas irmandades tiveram papéis essenciais para a inserção de seus integrantes em um contexto socioeconômico e cultural-religioso. De forma a dar continuidade às práticas religiosas junto à assistência, a presença da igreja revela um significado cultural existente que molda e organiza a sua área adjacente. Esse fenômeno contradiz a concepção da Igreja como um objeto isolado.

As ocupações analisadas parecem estabelecer um diálogo silencioso e indireto para com a Igreja. Observamos a presença de diversos signos análogos às narrativas oprimidas. Abandono e apropriação parecem se fundir em um fenômeno mnemônico e de significação dissociável, onde as ocupações existentes parecem ser aspectos reativos a lógica do apagamento intrínseca no território. A arquitetura exerce a função de emergir do sentimento de ausência uma presença, materializada pela apropriação do espaço. O abandono parece ser transformado pela ocupação e a igreja parece sinalizar o eterno retorno de uma velha narrativa.



Centro Cultural da Ocupação São João com mural de Raul Zito. Fonte imagem: Autora, 2019.

Constatamos que as apropriações e ocupações do território, buscaram enaltecer uma significação através da ação. Esse processo demonstrou uma necessidade de reconhecimento. Os processos de significação analisados nos evidenciaram um *dever de memória* que acreditamos ser potencializado pela lógica de apagamento intrínseca no território e que reverbera problemáticas culturais existentes na sociedade paulistana. O apagamento imposto no território evidencia-se como distinto de um esquecimento espontâneo e esse isolamento forçado reverbera uma potencialização da manutenção da *anti-memória*. A negação de memórias difíceis condiciona uma forma de isolamento e a ocupação desses territórios lesados acaba por ter uma função reparadora (RICOEUR, 2007).

Os patrimônios arquitetônicos sinalizados, localizados na área do Largo do Paissandú e nas proximidades da Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e ocupados por movimentos de luta por moradia digna, parecem representar uma reivindicação pelo direito a memória, a existência, a visibilidade. Em meio a um território marcado por políticas do apagamento, as ocupações sinalizadas evidenciam a relação entre abandono e resistência.

O valor histórico-estilístico não é aspecto de importância para aqueles que ocupam os patrimônios arquitetônicos analisados. O estado de abandono e o déficit habitacional presente na cidade de São Paulo são os principais aspectos para tais ocupações. Observamos a luta, como um grito pela presença, luta contra o culto à ausência, mesmo que seja por meio dele que se faça existir, pois, apenas ao assumir a presença, conseguiríamos

nos libertar integralmente de um esquecimento não promovido pelo apagamento, mas pela presença de todas as partes.

O Largo do Paissandú e suas construções adjacentes manifestam a cultura afrodescendente e uma sociedade escravocrata, onde o seu legado foi a extrema desigualdade social e uma constante lógica do apagamento.

De forma a promovermos um universo preservacionista mais democrático e que vise a construção de uma memória coletiva mais saudável, sem aprisionamentos e fragmentações, apresentamos narrativas existentes no território analisado e postas ao silêncio, que evidenciam a necessidade de reinterpretação do significado cultural existente.

O processo de significação, abordado como fenômeno contínuo, reverbera o passado por meio de diversas associações em um presente em movimento. Essa identificação dialoga com uma abordagem que possibilita uma reinterpretação de seu significado cultural na sociedade, de forma a orientar à interpretação do patrimônio como um processo cultural.

Em meio à uma sociedade fragmentada, que nega suas memórias difíceis, nos questionamos se a forma mais moderna de patrimonialização não seja a partir da análise de seus avessos. Reconhecemos uma sociedade heterotópica, democrática e livre, não pela fixação de suas memórias, mas pela possibilidade de revelação de todas elas. Nesse sentido, enaltecemos a necessidade da salvaguarda patrimonial em reconhecer a manifestação de lugares que reverberam memórias silenciadas, para assim permitir a existência de todas elas. Enaltecemos a apropriação dos espaços como importante atributo a ser analisado no processo de patrimonialização.

O reconhecimento desses lugares por meio de suas apropriações e dos processos de valorização dos mesmos, tornam-se essenciais para a construção de políticas preservacionistas, macro e micro políticas, que valorizam a integridade e autenticidade dos nossos patrimônios arquitetônicos.

## REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. *Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito.* (Trad. Paulo Neves). São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

CHOAY, Françoise. *L'Allégorie du Patrimoine.* Éditions du Seuil, 1982.

\_\_\_\_\_. *Patrimônio e Mundialização.* Évora: Casa do Sul editora, 2005.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).* Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

DOLIVEIRA, Mariana. *O patrimônio em uma lógica do apagamento. Uma análise sobre os processos de significação de patrimônios arquitetônicos intrínsecos na lógica do apagamento paulistano.* Tese de doutorado. Faculdade de arquitetura da Universidade do Porto, 2022.

FIELDMAN, Sarah. Patrimônio cultural e a dimensão metropolitana. In: CYMBALISTA, Renato; FIELDMAN, Sarah; KUHL, Beatriz (orgs). Patrimônio cultural: Memória e intervenções urbanas. São Paulo: Annablume/Núcleo de Apoio e Pesquisa, 2017.

FLICK, Uwe. Métodos qualitativos na investigação científica. Lisboa: Monitos, Projectos e Edições, 2005.

GOMES, Laurentino. Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

HALBWACHS, Maurice. La memoria colectiva. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015.

MASON, R. Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of "Significance". Places. a Forum of Environmental Design. V.16, n.1, 2004.

POL, Enric. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares, Universidad de Barcelona 2005.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. (Trad. Alain François et. al.) Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. (Trad. Alain François et. al.) Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. Der Moderne Denkmalkultus: Sein Wesen Und Seine Entstehung, Wien, 1903

SCHENKMAN, Raquel. Patrimônio cultural e questão urbana em São Paulo na formação dos órgãos de preservação. Revista do arquivo municipal, São Paulo. 207. P133-145. Novembro, 2021.

SMITH, Laurajane. Uses of Heritage. New York: Routledge, 2006

ZAMANT, Véronique. Le Chaîne patrimoniale, un régime de visibilité. Territoire en mouvement Revue de géographie et aménagement, 43/ 2019, mis en ligne le 22 octobre 2019, consulté le 28 octobre 2022. URL: [journals.openedition.org/tem/5398](https://journals.openedition.org/tem/5398)

ZOCCHIO, Marcelo. Repaisagem São Paulo. São Paulo: Ipis Gráfica e Editora, 2011.